

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 472.916 - SP (2018/0262749-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
AGRAVADO : **B E S (PRESO)**
ADVOGADO : **RENATO VIEIRA DE MAGALHAES NETO - SP0399407**

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. ESTUPRO. REGIME FECHADO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO BASEADA APENAS NA HEDIONDEZ DO CRIME. NOME POR EXTENSO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE LEGAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. De acordo com este Tribunal Superior, é inviável a fixação de regime mais severo tão somente em razão da hediondez do crime.
2. Deve ser fixado o regime semiaberto para o cumprimento de pena por paciente primário, cuja pena foi aplicada em 8 anos de reclusão, conforme o disposto no art. 33, § 2º, *b*, do CP.
3. A jurisprudência desta Colenda Corte é no sentido de que a publicidade do nome do autor do crime sexual é incompatível com a proteção da vítima, conforme o art. 234-B do Código Penal.
4. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente e Relator

Republicado em razão de erro na autuação constante na minuta